

IBAMA - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL/PI

Termo de Referência 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	193117-IBAMA - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL/PI	THAIS CRISTINA MATOS CARDOSO	22/06/2026 10:05 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	21/2026	02020000667202647

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 02020.000667/2026-47)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de **Telecomunicação Multimídia (SCM) - Circuito de Internet em Banda Larga**, com o **fornecimento de 02 (dois) links de acesso** (mediante fibra óptica ou ADSL), com 01 (um) IP fixo em cada, incluindo todo o material necessário, em atendimento à demanda da Superintendência do Ibama/PI, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Link dedicado de conexão com a internet por fibra óptica ou ADSL de 100 Mbps, sem serviço de telefonia /assinatura básica mensal, sendo incluído o fornecimento de todos os equipamentos necessários para o funcionamento mínimo do serviço.</p> <p>Endereço: Superintendência Ibama/PI</p>	26506	Mês	12	R\$ 1.040,50	R\$ 12.485,98

	Avenida Homero Castelo Branco nº 2240 Horto Florestal CEP 64052-445 Teresina/PI					
2	<p>Link redundante de conexão com a internet por fibra óptica ou ADSL de 100 Mbps, sem serviço de telefonia /assinatura básica mensal, sendo incluído o fornecimento de todos os equipamentos necessários para o funcionamento mínimo do serviço.</p> <p>Endereço: Superintendência Ibama/PI</p> <p>Avenida Homero Castelo Branco nº 2240 Horto Florestal CEP 64052-445 Teresina/PI</p>	26506	Mês	12	R\$ 1.040,50	R\$ 12.485,98
<p>Valor total estimado R\$ 24.971,95 (vinte e quatro mil novecentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos)</p>						

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista sua necessidade permanente para o desenvolvimento das atividades da Superintendência, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a manutenção da atividade administrativa e o princípio da continuidade dos serviços públicos, conforme exposto no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O **prazo de vigência** da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 03659166001931-0-000026/2026;

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 17/11/2025;

2.2.3. Id do item no PCA: 6;

2.2.4. Classe/Grupo: 142;

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 193117-21/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá observar a eficiência dos equipamentos a serem utilizados na execução do objeto - priorizando aqueles com baixo consumo de energia (selos de eficiência energética).

4.1.2. A contratada deverá assumir a responsabilidade pelo descarte adequado dos equipamentos danificados e /ou obsoletos.

4.1.3. A instalação dos cabos e/ou fibra óptica deverá causar o menor impacto possível ao meio ambiente local e a infraestrutura já existente na contratante;

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em virtude do risco reduzido de inexecução do contrato - tendo em vista os custos de sua implementação, além dos equipamentos empregados serem de propriedade da contratada.

4.4. Soma-se a isso o modo de faturamento da contratação - efetuado após a sua execução e a previsão de níveis mínimos de eficiência exigidos nesse Termo de Referência, com respectivas glosas e sanções administrativas em caso de falhas na execução do objeto.

4.5. Diante do exposto, entende-se que a exigência de garantia não se justifica economicamente e que os mecanismos de fiscalização e retenção de pagamentos previstos nesse Termo de Referência são suficientes para assegurar a execução satisfatória do objeto contratado.

Vistoria

4.6. A **avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendada** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de

vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Caso o interessado opte por **não realizar a vistoria**, deverá prestar **declaração** formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do **conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação**.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço, elaborada logo após a assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.2. INSTALAÇÃO E VELOCIDADES

5.2.1. Todas as **despesas com instalação, ativação** - bem como o **fornecimento de todos os equipamentos e acessórios de conexão** necessários para o funcionamento do serviço - inclusive modem certificado pela Anatel, **ocorrerão por conta da Contratada** e, portanto, sem custos adicionais para a Contratante.

5.2.2. A Contratada **não deverá impor limitação de tráfego** de dados para download e upload (tráfego ilimitado).

5.2.3. A disponibilidade do serviço deve ser de 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias, inclusive aos finais de semana.

5.2.4. O suporte técnico deverá ser fornecido em períodos integrais, com atendimento célere em caso de falha nos entroncamentos, nas centrais da concessionária de internet, e/ou nos equipamentos de conexão fornecidos pela Contratada e instalados nas dependências físicas da Contratante.

5.2.5. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos equipamentos necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

5.2.6. Cada acesso poderá ser prestado nas tecnologias por fibra óptica ou ADSL, incluídos todos os dispositivos em regime de comodato (modem, cabos, etc.) necessários para funcionamento do serviço.

5.2.7. Cada acesso deverá ser prestado nas bandas destacadas para cada localidade.

5.2.8. Os equipamentos a serem instalados serão de inteira responsabilidade da Contratada, bem como garantia, substituição e reparos quando necessários, sem ônus financeiro para Contratante.

5.2.9. A especificação do objeto, com as velocidades mínimas de cada unidade, estão descritas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VELOCIDADE
1	Link dedicado de conexão com a internet por fibra óptica ou ADSL de no mínimo 100 Mbps, sem serviço de telefonia/assinatura básica mensal, sendo incluído o fornecimento de todos os equipamentos necessários para o funcionamento mínimo dos serviços.	100 Mbps
2	Link redundante de conexão com a internet por fibra óptica ou ADSL de no mínimo 100 Mbps, sem serviço de telefonia/assinatura básica mensal, sendo incluído o fornecimento de todos os equipamentos necessários para o funcionamento mínimo dos serviços.	100 Mbps

5.3. DO LINK DE CONEXÃO COM A INTERNET POR FIBRA ÓPTICA OU ADSL

5.3.1. Trata-se da prestação de serviço de comunicação de dados do tipo Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) especificado pela Agência Nacional de Comunicações (ANATEL);

5.3.2. É vedado à contratada condicionar a prestação do serviço à aquisição de qualquer outro serviço ou utilidade;

5.3.3. Os links deverão ter a disponibilidade de 24 horas por dia, sete dias na semana, durante todo o ano;

5.3.4. A conexão com a Internet deve ser implementada sobre a pilha de protocolos TCP/IP;

5.3.5. A contratada poderá opcionalmente fornecer, para cada ponto de acesso, 01 (um) endereço IP fixo, público e exclusivo;

5.3.6. Será aceito o fornecimento em pilha dupla;

5.3.7. Não será permitido o uso de técnicas de tradução de endereço NAT e PAT;

5.3.8. O equipamento da contratada deve ser entregue em modo Router;

5.3.9. O equipamento pode ser entregue em modo Bridge, desde que seja possível a configuração para o modo Router em sua interface;

5.3.10. Caberá à contratada comprovar que o equipamento fornecido é compatível com a legislação vigente;

5.3.11. Só serão permitidas as tecnologias de acesso em meios físicos de cabo coaxial, de par trançado ou fibra óptica;

5.3.12. A critério da contratante, as características técnicas poderão ser flexibilizadas em função de delimitações comprovadamente inerentes à tecnologia utilizada;

5.3.13. Entende-se por tecnologias de acesso as conexões entre os POP(Pontos de Presença) da contratada e o equipamento do tipo CPE (Customer Premises Equipment);

5.3.14. A contratada deverá instalar o equipamento CPE no local indicado pela contratante para a prestação do serviço;

5.3.15. A contratada deve entregar conexão à internet Banda Larga através de porta Gigabit Ethernet com interface RJ45;

- 5.3.16. A contratada deve fornecer cabo metálico padrão UTP, categoria 5e ou superior, para a conexão entre o seu dispositivo CPE e o equipamento da contratante;
- 5.3.17. A contratada deve fornecer, no mínimo, acesso de leitura ao CPE;
- 5.3.18. A contratada deverá manter atualizados e aplicar patches do fabricante nos equipamentos CPE utilizados na prestação do serviço, sempre que demandado pela contratante;
- 5.3.19. As bandas de transmissão de download que podem ser solicitadas pela contratante estão especificadas na descrição dos itens;
- 5.3.20. A banda de transmissão de upload fornecida deve ser no mínimo equivalente a 15% (quinze por cento) da banda de download solicitada;
- 5.3.21. Não será aceita a entrega de múltiplos circuitos para atingir a largura de banda solicitada;
- 5.3.22. A contratada poderá fornecer largura de banda maior que a solicitada, desde que não haja prejuízo ou cobrança adicional para a contratante;
- 5.3.23. A contratada não poderá bloquear protocolo ou porta de arquitetura TCP/PI, necessários ao funcionamento de IKEv1 (ISAKMP), IKEv2, IPSEC e Túnel GRE;
- 5.3.24. **Não será permitido limitar o volume de tráfego**, através de, por exemplo, imposição de franquia de dados;
- 5.3.25. A qualquer instante a contratante poderá solicitar a alteração do local de instalação do circuito para qualquer local pertencente à região especificada na licitação, sem ônus para a contratante;
- 5.3.26. A contratada terá 15 (quinze) dias úteis para a instalação e ativação do serviço de banda larga no novo local, após a solicitação formal da contratante;
- 5.3.27. A contratada terá 10 (dez) dias úteis para responder formalmente quanto a viabilidade técnica do novo local;
- 5.3.28. A qualquer instante a contratante poderá solicitar a alteração do local de instalação do circuito no mesmo logradouro, sem ônus para a contratante;
- 5.3.29. A contratada terá 05 (cinco) dias úteis para a alteração do local de instalação;
- 5.3.30. A contratada não poderá declarar inviabilidade técnica para alteração do local de instalação no mesmo logradouro;
- 5.3.31. Deverão ser fornecidas as instruções mínimas para acesso as configurações do CPE;
- 5.3.32. O prazo limite para a resolução de qualquer problema de inoperância nos circuitos do ponto de acesso, seja ele decorrente de defeito físico do próprio circuito ou de configuração de equipamentos de comunicação de dados, será de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da data da comunicação formal da contratante à contratada;
- 5.3.33. O prazo limite para a resolução de qualquer problema de inoperância que implique em substituição de componentes de hardware, será de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da data da comunicação formal da contratante à contratada;
- 5.3.34. Independentemente desse prazo, a contratada estará sujeita a glosas, por descumprimento de nível de serviço;

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.4. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Avenida Homero Castelo Branco nº2240 Horto
--

5.5. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00.

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.6. ROTINAS DE EXECUÇÃO

5.6.1. A prestação do serviço será de forma indireta, tendo como instrumentos de controle as atividades de fiscalização constantes desse Termo de Referência e seus anexos.

5.6.2. Todos os **serviços** requeridos serão **solicitados por meio do ANEXO C - ORDEM DE SERVIÇO** e disponibilizados à empresa, para que a mesma possa efetuar a instalação e disponibilização do serviço. Será exceção a este, a solicitação de informações - casos em que deverão ser acionados pelos Fiscais designados em Portaria específica para atuar junto ao contrato, ou pelo agente do Ibama devidamente autorizado pela fiscalização.

5.6.3. A prestação do serviço, incluindo o suporte técnico prestado pela contratada, terá como instrumentos de controle as atividades de fiscalização constantes desse Termo de Referência e seus anexos.

5.6.4. A CONTRATADA será responsável pela entrega e o acompanhamento da qualidade e dos níveis de serviço a serem alcançados com vistas a efetuar ajustes e correções. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviço estabelecidos devem ser imediatamente comunicados ao Ibama, que em parceria com a CONTRATADA, buscará a melhor solução para resolução do problema.

5.6.5. As orientações serão estabelecidas pela Equipe Técnica do Ibama que documentará o planejamento dos trabalhos e as entregas.

5.6.6. A CONTRATADA poderá oferecer meio eletrônico, quando aplicável, para a entrega dos produtos /atualizações, como download via website.

5.6.7. Fica a critério da CONTRATANTE definir o horário de fornecimento do objeto licitado, respeitados os dias úteis e horários de funcionamento do Ibama e as localidades e quantidades especificadas na ordem de serviço.

5.6.8. Para dirimir dúvidas, será realizada uma reunião inicial com a Contratada para apresentação do seu preposto. Essa reunião será realizada assim que a portaria de nomeação dos fiscais do contrato for publicada pelo Ibama.

5.6.9. Os **pagamentos** serão mensais, por **quantidade de unidades efetivamente recebidas** e após a emissão do **Termo de Recebimento Definitivo**. Na entrega ou finalização de cada período mensal, será emitido o **Termo de Recebimento Provisório**.

5.7. QUANTIDADE DE BENS/SERVIÇOS A SEREM SOLICITADOS

5.7.1. A estimativa da demanda é de **02 (dois) links de acesso a internet - dedicado e redundante - no endereço previsto na Cláusula Primeira desse Termo de Referência**, sendo disponibilizados por **provedores distintos** para que em caso da falha, um dos links possa manter a conectividade e a comunicação com a sede do Ibama e internet.

5.8. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.8.1. Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser sempre formal como regra, exceto em casos excepcionais que justifiquem outro canal de comunicação.

5.8.2. Na reunião inicial, que marcará o período de execução do contrato, a contratada deverá indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao Ibama. Esse profissional fará a interação entre a contratada e o Ibama, e será responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à contratante.

5.8.3. Os seguintes instrumentos formais poderão ser utilizados para a troca de informações entre a contratante e a contratada: ata de reunião, ofício, e-mail, ordem de serviço, chamado técnico, termos e demais instrumentos previstos nesse Termo de Referência.

5.9. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

5.9.1. A contratada, por meio de seu representante legal ou preposto, deverá em **até 10(dez) dias corridos após a assinatura do contrato, assinar o Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no Ibama, conforme modelo apresentado no **ANEXO A - TERMO DE COMPROMISSO**. Da mesma forma, os empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação deverão assinar Termo de Ciência da citada declaração, conforme modelo apresentado ANEXO B - TERMO DE CIÊNCIA.

5.9.2. A contratada deverá guardar inteiro sigilo de eventuais dados que tenha acesso, reconhecendo serem estes de propriedade exclusiva da contratante, sendo vedada à contratada sua cessão, locação ou venda a terceiros sem prévia autorização formal da contratante, de acordo com os termos constantes do **ANEXO A - TERMO DE COMPROMISSO**.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características

CAPACIDADE E DEMANDA DE TRÁFEGO

5.5.1. Para estimar a largura de banda necessária (Mbps), foram averiguados diversos fatores, dentre os quais destacamos:

- O número de servidores alocados na Superintendência e a quantidade de acessos simultâneos;
- Tipo de utilização - que em sua maioria, consiste em acessos a Portais do Governo (SEI, Compras Governamentais, SIAFI, SIASG, CADIN, entre outros) e alguns sistemas em nuvem, além de acesso a caixas de e-mail corporativo. Eventualmente ocorrem videoconferências e treinamentos, atividades que demandam um maior consumo de dados.
- O consumo médio ao mês, considerando os horários críticos ao longo do dia.
- As características intrínsecas do link dedicado (velocidade simétrica, exclusividade, a presença de SLA, alta disponibilidade, entre outras) já garantem uma solução tecnicamente robusta para a Superintendência.
- Há também a contratação do link redundante. Além do papel suplementar - evitando a paralisação dos serviços em caso de rompimentos de fibra/cabos - esse link poderá ser configurado para uso simultâneo com o dedicado, ou o tráfego poderá ser apartado conforme sua utilização.

Diante do exposto, o link dedicado, com redundância, na velocidade de 100 Mbps cada oferece uma estrutura segura e estável para o atender as necessidades do IBAMA/PI.

5.6. Em nenhuma hipótese será cobrado o consumo do tráfego de download ou upload utilizado.

5.7. Não haverá limitação de consumo de tráfego para nenhum dos links, dentro do limite de velocidade especificado neste Termo de Referência.

5.8. Também não será necessária a utilização de provedor de conteúdo, o que exclui a cobrança de qualquer serviço dessa natureza.

5.9. Todos os equipamentos e a infraestrutura necessária ao fornecimento e perfeito funcionamento do serviço (inclusive modems) são de responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

5.10. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.11. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.11.1. A antiga contratada deverá retirar seus equipamentos, bem como fiações de acesso ao prédio após o fim da vigência do contrato atual. Esse período deverá ser acordado entre as partes para que não ocorra tanto a paralisação dos serviços quanto a concomitância de operação da antiga e futura contratada (duplicidade).

5.11.2. O **novo link** deverá ser instalado pela futura contratada em **até 15 (quinze) dias antes do término da vigência do atual**, averiguando a velocidade e latência contratadas antes do desligamento definitivo desse. A ordem de serviço de instalação deverá emitida considerando a data de encerramento da contratação atual.

5.11.3. A equipe técnica deverá configurar o equipamento para reconhecer os novos links (principal e redundante), garantindo que as divisões de rede interna permaneçam operando com a nova entrada de sinal. A futura contratada também deverá efetuar a troca dos IP's fixos da contratante, atualizando os novos endereços.

5.11.4. O responsável pela fiscalização do novo contrato deverá emitir Termo de Recebimento Provisório para validar que o link já está ativo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado **não necessitará** manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Gestor do Contrato

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.18.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 6.18.8. receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.18.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
 - 6.18.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.
- 7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.
- 7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.3.1 não produziu os resultados acordados,
 - 7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.5. Os itens fornecidos serão considerados aceitos para fins de recebimento provisório, quando:

7.5.1. O serviço esteja disponível e operando na localidade especificada na ordem de serviço de fornecimento.

7.6. Os equipamentos serão considerados aceitos para fins de recebimento definitivo quando:

7.6.1. O Termo de Recebimento Provisório for emitido;

7.6.2. Atenderem integralmente aos requisitos tecnológicos, que serão avaliados pelos Fiscais Técnicos por meio de inspeção e verificação da estabilidade do serviço;

7.6.3. Todos os acessos estiverem fornecidos e testados;

7.6.4. As informações para abertura de chamado técnico tenham sido entregues;

7.6.5. Em caso de fornecimento opcional do IPV4 fixo, que o mesmo tenha sido averiguado.

PROCEDIMENTO DE TESTE E INSPEÇÃO

7.7. Para verificação da estabilidade do serviço serão efetuados acessos de forma que seja possível conferir se as velocidades de upload e download estão de acordo com a especificação do item a ser fornecido.

NÍVEIS MÍNIMOS EXIGIDOS

7.8. O nível mínimo de serviço a ser cumprido é o que consta na tabela abaixo:

SERVIÇO /DISPONIBILIDADE	NÍVEL DE SERVIÇO		FAIXA DE DESCONTO			BASE PARA CÁLCULO
	Disponibilidade	Tolerância	3%	5%	11%	
Link de acesso à internet	99,5%	43,2 minutos	43,2 <= 86 minutos	86 minutos <= 264 minutos	>264 minutos	Valor Mensal do serviço

SERVIÇO/RESTAURAÇÃO	BASE DE CÁLCULO	LIMITE DE APLICAÇÃO
Descumprir o prazo máximo de 24 horas para a solução de qualquer problema de inoperância nos circuitos do ponto de acesso, seja ele decorrente de defeito sico do próprio circuito, de configuração de equipamentos de comunicação de dados ou de qualquer problema de inoperância que implique em subs tuição de componentes de hardware	0,05% do valor mensal do serviço por hora de atraso	Limitado a 14% do valor mensal do serviço

7.9. Os serviços fornecidos pela CONTRATADA estarão sujeitos à avaliação e controle de qualidade executados pelo IBAMA/PI.

7.10. **O controle de qualidade será executado com base nos parâmetros mínimos estabelecidos nesse item de níveis mínimos de serviço**, ou seja, para a avaliação dos serviços executados serão verificados os Critérios de Aceitação e os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos, constantes neste Termo de Referência.

7.11. Cada serviço fornecido será avaliado dentro da vigência contratual e a partir do aceite definitivo inicial da instalação do serviço.

7.12. A prestação dos serviços de acionamento do atendimento técnico poderão ser remotos para um primeiro atendimento e diagnóstico, não ocorrendo a solução, deverá o mesmo ser prestado na forma presencial.

7.12.1. A abertura de chamados será efetuada por correio eletrônico, sítio na internet ou por meio de ligação gratuita. Na abertura do chamado, a contratada deverá fornecer um número de registro diferenciado para o acompanhamento de cada acionamento.

7.12.2. O início de atendimento será da data/hora da comunicação feita pelo contratante à contratada.

7.13. A CONTRATADA terá até 5(cinco) dias corridos, contados a partir do dia subsequente ao da assinatura do contrato, para fornecer o número de telefone ou endereço de sítio da internet da central de atendimento para a abertura de chamados.

7.14. O serviço de atendimento técnico prestado tem como objetivo manter o serviço em perfeitas condições de funcionamento, sem qualquer ônus adicional para o IBAMA/PI. Nesse caso a garantia deve abranger:

7.14.1. Acesso as atualizações de software (inclusive firmware) e do equipamento CPE que forem lançados durante o período da garantia. A contratada deverá informar ao Ibama o sítio na internet do fabricante para suporte dos produtos oferecidos, na qual poderão ser obtidos updates e quaisquer outras atualizações;

7.14.2. A remoção de falhas apresentadas por qualquer componente da solução;

7.14.3. Solução de problemas e esclarecimento de dúvidas de configuração e de utilização de qualquer componente da solução;

7.14.4. Os componentes dos serviços que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia devem ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores ao que foi contratado;

7.14.5. Os serviços deverão ocorrer de acordo com instruções a serem dadas pelos servidores designados para esse fim;

7.14.6. A realização dos serviços previstos será acompanhada por profissional designado pelo IBAMA/PI ou por servidores designados para esse fim.

Recebimento

7.15. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, a contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.15.1. Para efeito de **recebimento provisório**, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.15.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.15.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. No prazo de até **10 (dez) dias úteis** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar **Relatório Circunstanciado** em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.16.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16.2. **Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado** ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.17. No prazo de até **10 (dez) dias úteis** a partir do **recebimento provisório** dos serviços, o **Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo**, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.17.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.2. Emitir **Termo Circunstanciado** para efeito de **recebimento definitivo** dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base nos **níveis mínimos de serviço especificados na Cláusula 7, item 7.9** desse Termo de Referência.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.19. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.20. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.21. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.22. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período previsto nos itens 7.16 e 7.17 desse Termo de Referência.

7.23. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.23.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.24. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.25. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.26. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.27. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.28. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.29. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.30. **Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.30.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.30.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.30.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.30.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.30.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.31. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.32. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.33. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.34. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de dez dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.35. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.36. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.37. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.38. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.39. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.39.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.39.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.40. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.41. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.42. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.43. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.44. **O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.45. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.46. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.47. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.48. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.48.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.49. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.50. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Cessão de Crédito

7.51. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.51.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.51.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.51.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.51.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.52. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento)** a **5 % (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **1% (um por cento)** a **3% (três por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias** úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A **multa** poderá ser recolhida administrativamente no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.3. Habilitação jurídica

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.3.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5. Qualificação Econômico-Financeira

9.5.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.5.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.5.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.5.4. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

- 9.5.5. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- 9.5.6. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.5.7. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.5.8. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.5.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.5.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.6. Qualificação Técnica

- 9.6.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.6.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.6.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.7. Qualificação Técnico-Operacional

- 9.7.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.7.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:
- 9.7.2.1. Comprovação da(s) infra-estrutura(s) de rede(s) lógica(s) contratadas pelo licitante
- 9.7.1.2. contrato(s) que comprove(m) a **experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços**, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;
- 9.7.1.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
- a) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) - Circuito de Internet em Banda Larga.
- b) A comprovação da capacidade técnico operacional da contratada no percentual de 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens licitados;
- 9.7.3. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*
- 9.7.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.7.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.7.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.7.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.7.8. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.8. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.9. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 24.971,95 (vinte e quatro mil novecentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos)** conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 desse Termo de Referência**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I. Gestão/unidade: 193117/19211;
 - II. Fonte de recursos: 1050000186;
 - III. Programa de trabalho: 18.122.0032.2000.0001;
 - IV. Elemento de despesa: 33.90.40-13; e
 - V. Plano interno: 200070.
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Teresina, na data da assinatura digital

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

As disposições desse anexo não se aplicam à essa contratação, visto que será firmado Termo de Contrato entre as partes.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90002/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

15. ANEXOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO A - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO PIAUÍ**, com sede na Avenida Homero Castelo Branco nº 2240 Bairro Horto Florestal CEP 64052-445 Teresina /PI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.659.166/0030-47, neste ato representada por sua Superintendente, Senhora **Thays Paiva de Almendra Freitas Pires**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº ****228**** SSP-PI, inscrita no CPF sob o nº *****.119.713-****, nomeada pela Portaria de Pessoal nº 682, de 26 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 27/06/2023, Edição 120, Seção 2, Página 72, portadora da Matrícula Funcional nº ****456****, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, sediada em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, represenatada pelo Sr(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO Nº XX/20XX, doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Polícia de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente **Termo de Compromisso Manutenção de Sigilo em Contrato**, doravante denominado TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012 que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

Informação Sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de hipótese legal de sigilo, subdividida em:

Classificada: em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, à qual é atribuído grau de sigilo reservado, secreto ou ultrassecreto, conforme estabelecido pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e pelo Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012; e

Não Classificada: informações pessoais e aquelas não imprescindíveis para a segurança da sociedade e do Estado abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo.

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

1. sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
2. tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
3. e sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e costas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

1. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL; e

CLÁUSULA NONA – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Estado do Piauí - Justiça Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Compromisso Manutenção de Sigilo em Contrato assinado eletronicamente pelas partes.

De acordo,

Thays Paiva de Almendra Freitas Pires

Superintendente do Ibama/PI

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal da Contratada

Testemunhas

1. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO B - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

Contrato XX/26			
Objeto	Serviço de Telecomunicação Multimídia (SCM) - circuito de internet banda larga, com o fornecimento de 02 (dois) links de acesso (mediante fibra óptica ou ADSL), com um IP Fixo em cada, incluindo todos os equipamentos necessários, em atendimento à demanda da Superintendência do Ibama/PI		
Contratante	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) Superintendência do Estado do Piauí		
Fiscal do Contrato		Matrícula	
Contratada	XX		
Preposto da contratada			

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na Contratante.

CONTRATADA	
FUNCIONÁRIOS	
Nome	Nome

ANEXO C - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Ordem de Serviço nº	Data de emissão	Emergencial	Sim () Não ()
Área Requisitante			
Contratada		Contrato nº	

1. Especificação da ordem de serviço:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR ANUAL
1	Link de conexão dedicado com a internet por fibra óptica ou ADSL de 100 Mbps sem serviço de telefonia /assinatura básica mensal, sendo incluído o fornecimento de todos os equipamentos necessários para o funcionamento mínimo do serviço e incluso equipamento Wi-Fi.	Mês	12	R\$	R\$
2	Link de conexão redundante com a internet por fibra óptica ou ADSL de 100 Mbps sem serviço de telefonia/assinatura básica mensal, sendo incluído o fornecimento de todos os equipamentos necessários para o funcionamento mínimo do serviço e incluso equipamento Wi-Fi.	Mês	12	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO					

2. Instruções complementares

3. Datas e prazos

Data do Contrato	Itens	Prazo	Data de entrega
	1	Pronta entrega	
	2	Pronta entrega	

4. Ciência

Contratante	
Fiscal Requisitante	Gestor do Contrato
Nome	Nome
Matrícula	Matrícula
Contratada	
Preposto	
Nome e cargo	

ANEXO D - MODELO DE TERMO DE DESVIO DE QUALIDADE

1. Identificação		
Nº do TDQ	Nº da O.S relacionada	Data

2. Descrição dos problemas encontrados	
Erros encontrados	
Orientações para reproduzir o problema	
Documentação faltante	
3. Prazo de correção e justificativa	
4. Aprovação	
Fiscais do contrato (técnico)	Gestor do Contrato
Nome completo/Matrícula SIAPE	Nome completo/Matrícula SIAPE
5. Recebimento	
Preposto	
Nome completo	

ANEXO E - MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Identificação do Contrato	
N° do Contrato:	
Objeto:	
Contratada:	
Contratante:	
Termos	
<p>Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:</p> <p>O contrato está sendo encerrado por motivo de (...).</p> <p>As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte. Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização mesmo após o encerramento do vínculo contratual:</p> <p>As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;</p> <p>As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais; A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;</p> <p>E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surtam seus efeitos jurídicos.</p>	
De acordo	
Contratante	Contratada
Gestor do Contrato	Preposto
Nome completo/Matrícula SIAPE	Nome Completo/CPF

ANEXO F - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Contrato		Nº da ordem de serviço	
Objeto:			
Contratante:			
Contratada:			

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 94/2022, que os serviços e /ou ou bens, integrantes da O.S./OFB acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos nesta data e serão objetos de avaliação quanto à adequação da Solução de Tecnologia da Informação e à conformidade de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato pela Contratante. Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e/ou bens ocorrerá em até 15 (quinze) dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato acima identificado.

De acordo,

Fiscal Técnico	Preposto
Nome e matrícula	Nome e CPF

ANEXO G - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Contrato		Nº da ordem de serviço	
Objeto:			
Contratante:			
Contratada:			

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 94/2022, que os serviços e /ou bens integrantes da OS acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato acima referenciado.

De acordo,

Fiscal Requisitante	Gestor do Contrato
Nome e matrícula	Nome e matrícula

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE PEREIRA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 10:05:45.

THAIS CRISTINA MATOS CARDOSO

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 09:39:29.